



Cooperação Sul-Sul facilita o acesso a medicamentos essenciais e a quebra de patentes

Índia, Brasil e África do Sul discutem políticas para inovar o setor de saúde e compartilhar estratégias que contribuem para democratização da produção farmacêutica



Brasília, 23 de abril - Durante encontro do **Fórum Acadêmico Índia-Brasil-África do Sul (IBAS): Um Diálogo de Políticas Públicas**, ocorrido nos dias 12 e 13 de abril, em Brasília, especialistas da área de saúde dos três países debateram sobre o que seus governos poderiam fazer para diminuir o preço de medicamentos e transferir *know-how* entre si.

Durante a sessão, foram discutidos temas sobre inovações na área de saúde e sobre como aumentar o acesso a medicamentos essenciais. A questão da propriedade intelectual (PI) também foi abordada nesse encontro, principalmente no que se refere ao acordo mundial de patentes chamado TRIPS. Este documento permite os países à protegerem suas patentes por um período de 20 anos. A patente, neste caso, define a quantidade de royalties que devem ser pagos à empresa que criou o remédio.

Segundo a advogada especialista em propriedade intelectual do Programa DST/AIDS, do Ministério da Saúde, **Juliana Vallini**, existe uma interface muito clara entre saúde e propriedade intelectual. “A propriedade intelectual é um fator importante no preço dos remédios. Por exemplo, um remédio que teve a patente quebrada na Tailândia custa 67 centavos de dólar para eles, enquanto no Brasil a caixa do mesmo medicamento é comprada por 1,69 dólares. Essa diferença gera uma economia de cerca de 30 milhões de dólares anuais para a Tailândia em relação aos gastos do Brasil”.

Para Vallini, o grande desafio que os países em desenvolvimento têm encontrado na luta contra as patentes é o de encontrar um preço que seja razoável tanto para os doentes quanto para a indústria farmacêutica. “A gente quer sim que os laboratórios tenham lucro, mas em uma faixa de preço que não prejudique as pessoas que precisam comprar o remédio”. Inclusive, como um dos resultados diretos do Fórum, acadêmicos acordaram que é necessário estabelecer um intercâmbio de informações sobre o preço dos medicamentos, para, então, aumentar o poder de barganha dos três governos.

Nessa luta, Brasil e Índia já conseguiram muitas vitórias conjuntas, como no caso do medicamento Tenofovir, um anti retro-viral utilizado no tratamento de HIV/AIDS e de hepatite. “O Tenofovir é



importante no Brasil e na Índia, ambos os países tinham o mesmo pedido para que a patente desse remédio não fosse concedida”. Ela explica que as ONGs brasileiras e indianas que lutam pelos direitos de pessoas portadoras do HIV se mobilizaram e, junto com a Fiocruz, reuniram em um relatório diversos argumentos para a não concessão da patente. “Esse relatório deu ganho de causa para os dois governos”.

Para Vallini, o governo brasileiro teria muito a cooperar com Índia e África do Sul na questão de quebra de patentes de medicamentos. A especialista diz que gostaria que entre os três surgisse uma parceria como a *Technological Network on HIV*, onde cada país participante produzisse uma parte do remédio contra a HIV/AIDS. Uma vez fabricado, todos adquirem o remédio sem a necessidade de pagar royalties. “É possível fazer isso com o IBAS, com a vantagem que os três países teriam a capacidade de participar do processo produtivo – ao contrário do acontece com muitos países filiados da *Technological Network*. Além disso, a parceria poderia ser aprofundada em pesquisas de medicamentos de alto custo, como aqueles contra a malária e tuberculose”.

Estas últimas são exemplos de "doenças negligenciadas" presentes em países em desenvolvimento e que atacam a população mais pobre. O pesquisador do CIP-CI, **Waldemiro Júnior**, explica porque são negligenciadas: “as grandes empresas farmacêuticas do mundo não tem muito interesse em fazer Pesquisa & Desenvolvimento em medicamentos de combate à malária e à tuberculose, pois não é um área *lucrativa*”. Os países do IBSA discutiram como melhor cooperar para desenvolver medicamentos destinados ao combate desta doenças.



O diretor do Departamento Nacional de Saúde da África do Sul, **Anban Pillay**, afirmou que haveria interesse nas experiências dos colegas do IBAS: “A experiência brasileira na quebra de patentes é uma coisa que nós sul-africanos deveríamos considerar seriamente. Além disso, o Brasil conseguiu um retorno muito positivo nos acompanhamentos de saúde através de trabalhadores comunitários. Isso é muito interessante para nós, porque a África do Sul vive um pouco da realidade do nordeste e norte brasileiros, onde existem poucos médicos e a população vive em áreas rurais. Já a Índia conseguiu desenvolver produção farmacêutica local de uma maneira muito eficaz, e nos interessa alcançar um modelo parecido na África do Sul”.

Antes de se retirarem para a mesa final, onde fariam considerações e traçariam planos de ação para o encontro da área de saúde do IBAS, que ocorrerá na África do Sul em duas semanas, o professor do



Instituto Nacional de Finanças e Políticas Públicas da Índia, **Anit Mukherjee**, disse estar ansioso para trocar experiências com seus colegas estrangeiros. “O acesso aos medicamentos na Índia é muito fácil, os remédios são muito baratos, e nós conseguimos que nossa população tivesse uma grande aceitação dos genéricos. Nós poderíamos ajudar Brasil e África do Sul a cortar custos. Também estamos muito interessados em políticas para diminuir a mortalidade infantil e melhorar o saneamento básico do povo indiano”, disse Sr. Mukherjee.

Suporte para mídia:

Francisco Filho e Mariana Hoffmann
Unidade de Comunicação, Disseminação e Advocacy, CIP-CI
Email: francisco.filho@ipc-undp.org e mariana.hoffmann@ipc-undp.org
Telefone: (+ 55 61) 2105 5036 or 2105 5022

Informações adicionais :

Website: O portal do Fórum Acadêmico do IBAS foi lançado pelo CIP-CI e apresenta a agenda do Fórum, uma série de recursos de aprendizado e últimas notícias sobre desenvolvimento dos três países. Confira em: <http://www.ipc-undp.org/ipc/HomeIBSA.do>

Blog: Um debate sobre o papel dos países emergentes no novo cenário mundial e como um diálogo político reforçado pode contribuir para a promoção do crescimento inclusivo foi lançado em parceria com o blog *Ideias para o Desenvolvimento*. Participe e contribua com suas ideias em: <http://www.ideas4development.org/en/home.html>

Sobre o CIP-CI

O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) é um fórum global que facilita o aprendizado Sul-Sul com o objetivo de expandir o conhecimento dos países em desenvolvimento e suas capacidades para planejar, implementar e avaliar políticas eficazes para a realização do crescimento inclusivo. Trata-se de uma parceria entre o PNUD e o Governo do Brasil. Localizado em Brasília, o CIP-CI é um arranjo institucional único para os países em desenvolvimento e proporciona à comunidade internacional perspectivas inovadoras sobre o desenvolvimento, provê treinamento para os representantes dos países em desenvolvimento e está envolvido em debates e fóruns mundiais. Visite nosso novo site em: <http://www.ipc-undp.org/>

O que é Crescimento Inclusivo? Crescimento Inclusivo é um processo de crescimento que traz benefícios amplos e assegura a igualdade de oportunidades e de acesso aos benefícios do crescimento. Crescimento inclusivo significa que o crescimento é sustentável e gera novas oportunidades produtivas. Significa que todos devem participar, contribuir e se beneficiar do crescimento global.